



ESTADO DE RONDONIA

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

BURITIS – RO



ATA DA 01ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO

MUNICIPAL DE SAÚDE DE BURITIS-RO

Ao quatro dia do mês de março de dois mil e vinte e quatro, às nove horas da manhã, na sede do Conselho Municipal de Saúde, localizada no Núcleo de Atenção Básica e Apoio ao ACS em Buritis/RO, ocorreu a 01ª Reunião Extraordinária do C.M.S.B. O presidente do Conselho, o Sr. Cristina Garcia Bernardo, deu início à reunião saudando todos os membros presentes e agradecendo a participação dos vereadores presentes. Em seguida, destacou a importância da participação deles na reunião. Passou-se então a examinar os seguintes itens constantes da pauta: **TEM 1- POSSE DOS NOVOS CONSELHEIROS DESAÚDE.** Com satisfação, a Presidente do Conselho, Cristina Garcia Bernardo, anunciou que o Conselho Regional de Fonoaudiologia indicou Romero Vieira Vasconcelos para ocupar a cadeira de primeiro suplente no Conselho Municipal de Saúde de Buritis-C.M.S.B. Essa vaga estava disponível devido à mudança de residência da suplente anterior, Rosana de Jesus Oliveira, que já não reside mais em Buritis. O conselho de fonoaudiologia formalizou essa indicação, conferindo a Romero a posse como representante da respectiva entidade nesse importante órgão. Após o anúncio, a palavra foi concedida ao Sr. Romero Vieira Vasconcelos para que pudesse fazer sua apresentação aos presentes. Em seguida, a Presidente informou que seria realizada a posse de Fabiane como representante titular pela SEMECE, substituindo Cleonice. Fabiane informou via telefone pouco minutos antes da reunião que não estaria presente para assumir o cargo devido a imprevistos relacionados ao seu cargo de secretária de educação. Assim, com as formalidades concluídas, a presidente declarou Romero Vieira Vasconcelos, conselheiro suplente pela representação fonoaudiologia. **ITEM 2- LEGALIDADE JURÍDICA PARA EFETUAR REPASSE FINANCEIRO PROVENIENTE DE EMENDAS IMPOSITIVAS PARA A PAE.** A presidente iniciou a discussão sobre a próxima pauta, relacionada à solicitação da Secretaria de Saúde quanto à legalidade jurídica para efetuar repasses financeiros provenientes de emendas impositivas para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Em seguida, concedeu a palavra ao Secretário de Saúde, Adelson, para que ele detalhasse o assunto.

Página 1 de 6



ESTADO DE RONDONIA CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE BURITIS – RO



37 Adelson começou fazendo a leitura de um parecer sobre o tema,
38 ressaltando que a APAE é uma entidade civil, filantrópica, de natureza
39 cultural, educacional e assistencial. Ele enfatizou os objetivos das
40 APAEs, que visam promover ações de preservação, diagnóstico,
41 reabilitação, tratamento e inclusão social de pessoas com deficiência,
42 fornecendo educação especial e estrutura para o tratamento de
43 deficientes físicos e intelectuais. Adelson também destacou que a APAE
44 não possui contrato ou convênio com o município em relação à
45 prestação de serviços da rede do Sistema Único de Saúde (SUS). Quanto
46 às emendas impositivas, explicou que a Emenda Constitucional (EC)
47 86/2015 tornou obrigatória a execução orçamentária e financeira das
48 emendas individuais inseridas pelos parlamentares na Lei
49 Orçamentária Anual. Posteriormente, Adelson informou que trouxe essa
50 informação para o Conselho de Saúde com o objetivo de informar os
51 membros sobre o assunto, e destacou que o tema será enviado para a
52 Câmara dos Vereadores posteriormente. O vereador Junior do Idaron,
53 representante do município de Buritis-Ro, então, pediu a palavra e
54 relatou que, dos 11 vereadores, apenas 3 não encaminharam recursos
55 para a APAE neste ano, o que representa uma grande maioria. Ele
56 também mencionou que a diretora da APAE informou que, quando os
57 vereadores verificaram a questão da legalidade, destacou que a APAE
58 possui o Certificado de Entidade de Fins Sociais (CENS), que dá
59 legalidade para receber recursos da área da saúde. Ele informou que a
60 diretora estaria presente em breve para explicar melhor sobre o
61 assunto, enfatizando que o foco de atuação da APAE é saúde. Junior
62 mencionou que o ofício enviado para Câmara será respondido pelo
63 jurídico da câmara, esclarecendo essas questões jurídicas. Ele
64 assegurou que lutará até onde for possível juridicamente para
65 concretizar a vontade da câmara dentro da legalidade, destacando que a
66 APAE possui legalidade para receber recursos do estado e que é
67 importante que os conselheiros tenham conhecimento dessa
68 controvérsia acerca da APAE. Adelson respondeu, esclarecendo que a
69 controvérsia gira em torno do que seria o CENS. Ele explicou que uma
70 vez que uma instituição possui o CENS, isso não garante
71 automaticamente o direito de receber recursos vinculados ao percentual
72 obrigatório dos entes. Ele destacou que é possível destinar recursos
73 para a APAE desde que não seja cato obrigatória. O Adelson enfatizou



ESTADO DE RONDONIA CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE BURITIS – RO



que até mesmo clínicas particulares devem possuir o CENS, e explicou que o objetivo do CENS é fornecer ao gestor conhecimento da rede assistencial e sua capacidade, tornando-se uma ferramenta de apoio para tomada de decisões, planejamento e ações baseadas no mapeamento assistencial da saúde. Reforçou ainda que o excedente do recurso, ou seja, o valor que ultrapassar a cota de 15%, poderá ser utilizado, ressaltando que a não conformidade com essa legalidade resultará na rejeição das contas públicas. O vereador Junior reiterou seu entendimento sobre o assunto e mencionou a importância de enviar recursos para a APAE, desde que esteja dentro dos limites legais. Adelson finalizou enfatizando que o município reconhece a importância da APAE, mas ressaltou a necessidade de agir dentro da legalidade e das diretrizes estabelecidas. O objetivo é garantir que, ao chegar aos órgãos de controle, os repasses sejam aprovados e estejam em conformidade com a lei. Posteriormente, Adelson expressou sua disponibilidade para se reunir com as comissões do conselho ou esclarecer individualmente dúvidas sobre o assunto. A presidente então abriu espaço para os conselheiros ou convidados que tivessem alguma dúvida ou desejassem fazer perguntas acerca do tema em discussão. O conselheiro Robson destacou a importância de ouvir a diretora da APAE, Claudineia, sobre o assunto. A Claudineia relatou que, após contato com a procuradora estadual das APAEs, foi informada que a instituição poderia receber recursos provenientes desse tipo de emendas, mas destacou a falta de um documento que justificasse essa possibilidade. Ela mencionou que poderá buscar essa documentação para esclarecer o motivo pelo qual a APAE estaria apta a receber tais recursos. Adelson complementou, explicando o processo de destinação de recursos, ressaltando que é possível passar recursos desde que não sejam utilizados os 15% destinados à saúde, ou seja, o valor excedente. A diretora então mencionou o recebimento de recursos da SESA, que foram utilizados para aquisição de equipamentos de fisioterapia, e destacou o repasse recebido do Estado de Rondônia. Adelson reforçou que o recurso proveniente de emendas obrigatórias não pode ser utilizado para custear folha de pagamento. A presidente perguntou a plenária se ainda possuía dúvidas, como não havia, encerrou-se a pauta. **ITEM 3- APROVAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DA 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE GESTÃO DO TRABALHO E DA**



ESTADO DE RONDONIA CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE BURITIS – RO



EDUCAÇÃO NA SAÚDE DE BURITIS-RO. Na última reunião, a presidente anunciou a próxima pauta, que se referia à aprovação do regimento interno da 1ª Conferência Municipal de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde de Buritis de Rondônia. Ela destacou que ajustes haviam sido feitos no regimento interno do conselho, conforme discutido na reunião ordinária de fevereiro. A presidente ressaltou que os materiais pertinentes foram disponibilizados no grupo de WhatsApp do conselho de saúde com antecedência, garantindo amplo acesso dos conselheiros. Com isso, a presidente conduziu a reunião, passando a palavra para Rogério para apresentar os pontos essenciais do regimento interno. Rogério fez uma explanação detalhada, destacando os ajustes realizados e os aspectos mais relevantes do documento. Após a explanação de Rogério, a presidente colocou o regimento interno para aprovação pela plenária. Houve consenso unânime entre os presentes, que concordaram com os pontos apresentados e aprovaram o regimento interno sem objeções. Com isso, a presidente declarou oficialmente o regimento interno aprovado, garantindo assim as bases regulatórias necessárias para a realização da 1ª Conferência Municipal de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde de Buritis-RO. **ITEM 4- APROVAÇÃO DO PROTOCOLO DE PLANEJAMENTO REPRODUTIVO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.** Na sequência, a presidente cedeu a palavra à enfermeira e conselheira Josiélyda Lopes Texeira, para discorrer sobre o protocolo de planejamento reprodutivo da Secretaria Municipal de Saúde, que também seria submetido à aprovação. Josiélyda explicou detalhadamente o protocolo, destacando que, embora já existisse, foram necessárias algumas alterações para abranger mulheres em situação de risco social, vítimas de violência doméstica, e aquelas incluídas no programa do governo federal Auxílio Brasil, bem como adolescentes pós-parto e adolescentes de 14 a 18 anos que não tiveram filhos. Além disso, ela ressaltou a inclusão de mulheres com distúrbios psiquiátricos, déficits cognitivos, história de pré-câncer, soropositivas, que passaram por três ou mais cesáreas, entre outros casos específicos. O principal objetivo do protocolo é atender às necessidades das mulheres, principalmente da faixa etária entre 14 e 18 anos. Após a explanação de Josiélyda, a presidente abriu espaço para que os membros do Conselho Municipal de Saúde de Buritis fizessem observações e tirassem dúvidas sobre o assunto. Após sanar as dúvidas ou questionamentos, a presidente submeteu o protocolo à aprovação, e



ESTADO DE RONDONIA
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
BURITIS – RO



todos os presentes concordaram, resultando na sua aprovação unânime. **ITEM 5- APROVAÇÃO DO MANUAL DE NORMAS E ROTINAS DA ENFERMAGEM VIGILÂNCIA EM SAÚDE, DO PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, DO PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO VIGILÂNCIA AMBIENTAL, E DO PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO VIGILÂNCIA SANITÁRIA.**

A presidente informou que todos os materiais a serem discutidos foram previamente enviados aos conselheiros para análise. Estes materiais consistiam na aprovação do Manual de Normas e Rotinas da Enfermagem em Vigilância em Saúde, do Procedimento Operacional Padrão para Vigilância Epidemiológica, do Procedimento Operacional Padrão para Vigilância Ambiental e do Procedimento Operacional Padrão para Vigilância Sanitária. Portanto, não seria necessário fazer a leitura e destacar os pontos importantes para os conselheiros durante a reunião. Ivanilda, coordenadora da vigilância em saúde, esclareceu que os materiais enviados incluíam o Manual de Normas e Rotinas da Enfermagem em Vigilância em Saúde. Em seguida, Rosana, coordenadora da zoonose, elucidou os Procedimentos Operacionais Padrão para Vigilância Epidemiológica. Após sua explanação. Após a exposição da Rosana, a Ivanilda esclareceu que houve um equívoco na pauta referente à aprovação da vigilância ambiental, constando um erro. Portanto, a pauta foi retirada devido a esse erro. Posteriormente, Marcelo, coordenador da vigilância sanitária, apresentou o Procedimento Operacional Padrão para Vigilância Sanitária, destacando o objetivo de padronizar os atendimentos em conformidade com os demais estados e municípios. Após todas as explicações e dúvidas sanadas durante a reunião, a presidente submeteu os materiais à aprovação, sendo todos aprovados pelos presentes. Não havendo mais pautas a presidente declarou a aprovação e encerrou a reunião às 11h30, agradecendo a todos os participantes, estiveram presentes os seguintes conselheiros: Robson Almeida de Souza; Ezequiel Paiva Vieira; Josiélyda Lopes Teixeira; Rogério Batista de Souza; Romero Viera Vasconcelos; Betânia Pereira Pardini; Cristina Garcia Bernardo; Adelson Ribeiro Godinho; Ângela Maria de Souza Passos; Adenilton de Paula Barboza; Reginaldo Rodrigues da Silva; Elenir de Oliveira Nascimento; Luiz Carlos Moraes e Fernando da Silva Pinto



ESTADO DE RONDONIA
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
BURITIS – RO



188
189
190
191
192
193
194
195
196
